

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

31/12/2025

Total

Até 3 Meses

932.999

932.999

Total

932.999

932.999

Circulante

932.999

(1) Do saldo total se refere a aplicações com o Banco Santander Brasil, mencionado na nota 15.c

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Títulos e Valores Mobiliários

i) Resumo da Carteira por Categoria

31/12/2025

Valor do Custo Amortizado

Valor Contábil

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Amortizado

Títulos Públicos - Letra do Tesouro Nacional - LTN (1)

450.381

450.381

Total

450.381

450.381

Circulante

450.381

(1) Do saldo total se refere a operações com o Banco Santander Brasil, mencionado na nota 15.c

As classificações envolveu a transferência de instrumentos financeiros classificados como "Títulos Mantidos Até o Vencimento" para "Custo Amortizado".

ii) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abertura por Vencimento

31/12/2025

Valor do Custo Amortizado

Valor Contábil

Até 3 meses

De 3 a 12 meses

Total

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Títulos Públicos

Letra do Tesouro Nacional - LTN

450.381

450.381

298.260

152.121

450.381

Total

450.381

450.381

298.260

152.121

450.381

Em 31 de dezembro de 2025, a S3 Caceis não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

31/12/2025

Ativos Fiscais Diferidos

16.522

Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social

10.750

Total

27.272

Não-Circulante

27.272

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

Origens

Saldo em 01/01/2025

01/01/2025

Constituição

Realização

31/12/2025

Provisão para Riscos Fiscais

4.447

1.778

515

-

2.293

Provisão para Contingências Cíveis

717

286

34

(10)

310

Provisão para Contingências Trabalhistas

6.275

2.510

1.216

(868)

2.858

Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa

-

-

87

-

87

Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria - Efeito no P.L.

-

-

174

-

174

Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal

16.063

5.313

8.223

(7.292)

6.244

Outras Provisões Temporárias (1)

12.392

4.372

184

-

4.556

Total dos Créditos Tributários

39.894

14.259

10.433

(8.170)

16.522

(1) Inclui provisões para despesas administrativas.

A S3 Caceis não possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2025.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

31/12/2025

Diferenças Temporárias

IRPJ

CSLL

Total

Ano

2026

6.514

5.207

11.721

2027

568

341

909

2028

470

282

752

2029

470

282

752

2030

1.443

866

2.309

2031 a 2035

49

30

79

Total

9.514

7.008

16.522

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 14.482, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

31/12/2025

Impostos e Contribuições a Pagar

26.807

Impostos e Contribuições sobre Lucros

75.559

Provisão para Tributos Diferidos

830

Total

103.196

Circulante

102.366

Não-Circulante

830

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

Origens

Saldo em 31/12/2025

01/01/2025

Constituição

Realização

31/12/2025

Plano de Benefícios - Efeito no Resultado

2.033

709

121

-

830

Plano de Benefícios - Efeito no P.L.

41

459

-

(459)

-

Total

2.074

1.168

121

(459)

830

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

31/12/2025

Diferenças Temporárias

IRPJ

CSLL

Total

Ano

2026

52

31

83

2027

52

31

83

2028

52

31

83

2029

52

31

83

2030

52

31

83

2031 a 2035

259

156

415

Total

519

311

830

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

01/01 a 31/12/2025

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro

388.719

Participações no Lucro

(20.559)

Resultado antes dos Impostos

368.160

Encargos Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (147.264)

(147.264)

Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis

(8.089)

Juros sobre o Capital Próprio

44.154

IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores

8.987

Demaís Ajustes

118

Imposto de Renda e Contribuição Social

(102.094)

d) Despesas Tributárias

01/01 a 31/12/2025

Despesa com PIS

(3.048)

Despesa com Cofins

(18.755)

Despesa com ISS

(20.327)

Outras

(224)

Total

(42.354)

(21.473)

8. Outros Ativos

31/12/2025

Administração de Fundos de Investimentos

21.963

Custódia de Títulos e Valores Mobiliários

21.020

Outras Rendas a Receber

1.956

(-) Provisões para Perdas (1)

(1.058)

Para Interposição de Recursos Fiscais

1.084

Para Interposição de Recursos Trabalhistas

4.987

Valores a Receber de Sociedades Ligadas

13.889

Adiantamentos e Antecipações Salariais

267

Plano de Benefícios a Funcionários

1.680

Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos

336

Devedores Diversos - País

143

Despesas Antecipadas

348

Total

62.125

Circulante

46.891

Não-Circulante

15.234

(1) Provisões constituídas para perdas de valores incorridas sem característica de concessão de crédito

9. Imobilizado de Uso

31/12/2025

Custo

Depreciação

Residual

Outras Imobilizações de Uso

Sistemas de Processamento de Dados

219

-

219

Móveis e Equipamentos de Uso

1.090

(1.177)

(87)

Beneficiárias em Imóveis de Terceiros

355

(298)

57

Total

1.664

(1.475)

189

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

33.712

Presidente		Conselheiros	
Carlos Rodriguez de Robles Arienza	Alessandro Tomao	Carlos José da Costa André	Eric Pierre Derobert
Diretoria Executiva			
Presidente		Diretores	
Joaquín Alfaro García	Andrea Rumi Nakamura	Ângela Amodeo	Fabio Ribeiro
Contador			
Adan Bruno Camilo Conceição - CRC N° 1SP - 273311/O-9			

Administradores e Aciotas S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e as informações adicionais ao resultado do período.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

desempenhadas financeiras com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar demonstrando de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional. A avaliação dessa capacidade inclui a elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossas obrigações decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma margem razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e acreditamos que esses procedimentos são adequados para a auditoria em conformidade com a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição.
- Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião.
- Como as divulgações foram inadequadas, nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Como as divulgações com responsabilidade de governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da extensão dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2026

